

V. **6**

Danielle de Guimarães
Germano Arlé

A JUSTIÇA
RESTAURATIVA E O
**MINISTÉRIO
PÚBLICO
BRASILEIRO**

P
R
E
F
Á
C
I
O

**PROF^a.
KAY
PRANIS**

C
O
L
E
Ç
Ã
O

**MINISTÉRIO
PÚBLICO
RESOLUTIVO**

C
O
O
R
D
S

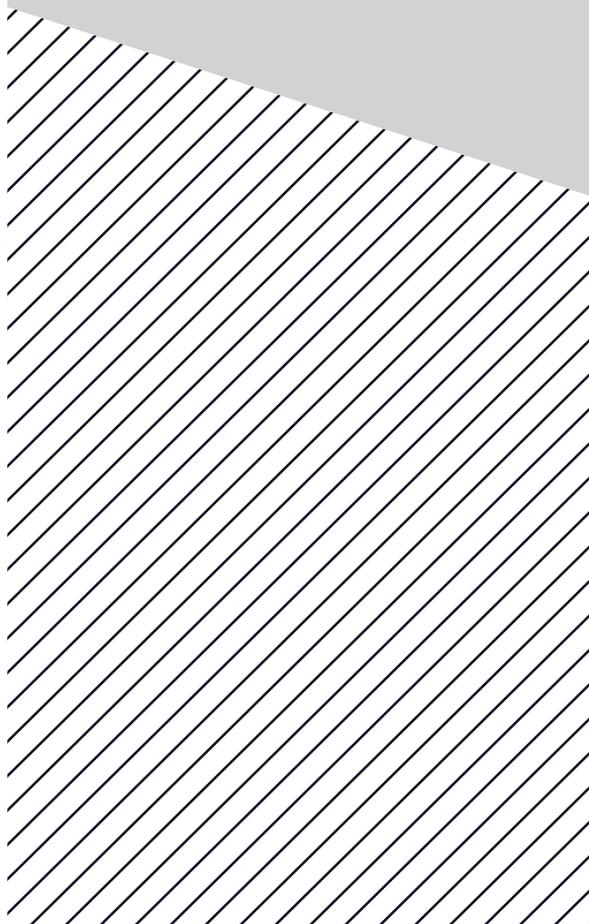
**MARCELO
PEDROSO
GOULART**

**GREGÓRIO
ASSAGRA DE
ALMEIDA**

 editora
D'PLÁCIDO

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O

**MINISTÉRIO
PÚBLICO
BRASILEIRO**



v. **6**

Danielle de Guimarães
Germano Arlé

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O

**MINISTÉRIO
PÚBLICO
BRASILEIRO**

P
R
E
F
A
C
I
O

**PROF^a.
KAY
PRANIS**

C
O
L
E
C
C
I
O

**MINISTÉRIO
PÚBLICO
RESOLUTIVO**

C
O
O
R
D
S

**MARCELO
PEDROSO
GOULART**

**GREGÓRIO
ASSAGRA DE
ALMEIDA**





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Marcus Paulo Queiroz Macêdo.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Leticia Robini
Diagramação Enzo Zaqueu
Ilustração Sobrecapa Patricia Tavares

Catálogo na Publicação (CIP)

A723 Arlé, Danielle de Guimarães Germano
A justiça restaurativa e o ministério público brasileiro / Danielle de Guimarães Germano
Arlé. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
298 p. - (Ministério Público resolutivo; v. 6)

ISBN 978-65-5059-093-2

1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Título. II. Série.

CDDir: 341.2

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO

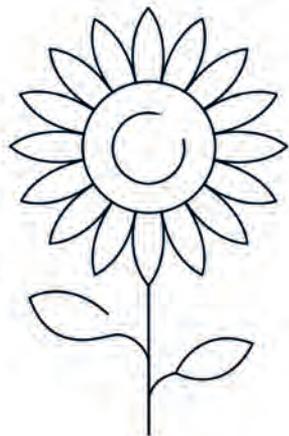


*
Rodapé

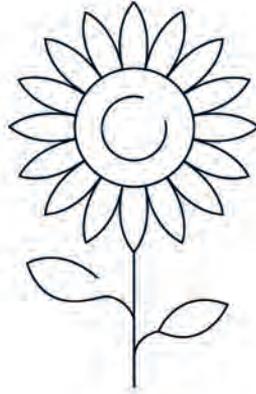


*Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas;
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem
permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a esperança.*

Thiago de Mello¹



¹ Mello, 2011, Art.III.



GRATIDÃO

As páginas deste escrito não são filhas apenas minhas, sendo fruto de tudo o que já li, ouvi, vivenciei, aprendi e aprendo todos os dias com os mestres, profissionais, colegas, parceiros, amigos e fazedores da Justiça Restaurativa, aos quais agradeço pela crença compartilhada e por estarmos juntos nesse servir à vida.

Obrigada, especialmente, aos mestres *Howard Zehr*, que, ao saber da ideia deste livro, a apoiou fortemente e foi um grande incentivador de sua realização, e *Kay Pranis*, que, com seu sorriso luminoso e iluminador, disse ‘sim’ ao convite de prefaciá-lo, abençoando a difusão da Justiça Restaurativa no Ministério Público brasileiro.

Sou grata à amiga *Fátima De Bastiani*, que, acostumada a ser a voz de Kay Pranis no Brasil, generosamente aceitou traduzir o prefácio deste livro, para manter a tradução mais fiel à linguagem da própria prefaciante.

A todos os integrantes da *Comissão de Justiça e Práticas Restaurativas do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte*, que tenho a grande alegria de coordenar, minha gratidão pela coconstrução dos programas de Justiça Restaurativa da nossa querida capital mineira. Graças ao trabalho de todos os membros e colaboradores dessa Comissão, incansáveis ‘formiguinhas’ que agem em equipe, ‘Beagá’ está se tornando a cada dia mais restaurativa. Obrigada por cada sonho compartilhado que juntos estamos plasmando!

A *Willian Lelis Braz Nascentes*, com quem tenho a felicidade de trabalhar, sou grata por ser ‘cotecelão’ e fundamental incentivador da teia restaurativa de Belo Horizonte.

À querida *Mayara Carvalho*, amiga cujas cores restaurativas andam comigo e me esperançam, obrigada por ousarmos, fazermos e pensarmos Justiça Restaurativa juntas! Obrigada também ao caro amigo *Lucas Jerônimo*, por estarmos um com o outro e por ter, assim como Mayara Carvalho, aceitado escrever um relato sobre sua experiência como facilitador e tutor de nossos programas de Justiça Restaurativa de Belo Horizonte.

Às professoras *Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben* – Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, *Eliane Castro Vilasanti*, *Marília de Dirceu Salles Dias* e *Letícia de Melo Honório* – gestoras da educação municipal de Belo Horizonte, gratidão por acreditarem no ‘PROGRAMA NÓS - JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS DE BELO HORIZONTE’ que lhes foi apresentado, por o tornarem realidade e pela escrita que fizeram para integrar este livro. Suas palavras me reconectaram com o apreço maior à Educação e aos educadores que desde criança cultivo, como precioso valor familiar que me foi legado.

Muito obrigada à professora *Fabiana Regis*, da Escola Municipal Professor Hilton Rocha, de Belo Horizonte, que aceitou o convite de fazer um relato para este livro, e também à professora *Cláudia Elizabete dos Santos Augusto*, que me ajudou a recolher singulares pedaços de emoções que nele estão retratados.

A *Ana Carolina Gouveia Pinto*, *Érika Vinhal* e *Maria Gleide de Souza*, diretoras-gerais de unidades socioeducativas de Belo Horizonte, que se empenharam na coleta de material de registro da percepção de práticas restaurativas por parte de adolescentes socioeducandos e profissionais da socioeducação; a *Beatriz Sousa*, técnica de uma unidade socioeducativa, que autorizou a identificação de seu relato; a todos os profissionais do sistema socioeducativo da capital mineira que, identificados ou não, permitiram que seus dizeres constassem deste livro, meu muito obrigada! O trabalho de vocês certamente aproximará o leitor da realidade da aplicação da Justiça Restaurativa na socioeducação.

A *Bernardo Pinto Coelho Naves*, Subsecretário da SUASE- Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais- e *Daniel Silva*, Gerente do Programa de Justiça Restaurativa da SUASE, intitulado ‘PROGRAMA ÉNOIS’, gratidão por crerem na proposta, por fazerem tão possante a Justiça Restaurativa na socioeducação de Minas Gerais e pelo relato sobre o aludido programa, feito especialmente para o presente livro.

A *Riza Aparecida Nery*, juíza titular da Vara Infracional de Belo Horizonte, e *Hilda Maria Porto*, desembargadora coordenadora do grupo gestor do Projeto Justiça Restaurativa do TJMG, muito obrigada por continuarem impulsionando o Programa de Justiça Restaurativa no nosso CIA- Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional.

Ao amigo *Fernando Gonzaga Jayme*, coordenador do Projeto Círculo da UFMG, e a todos os parceiros do PROGRAMA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO CIA-BH, obrigada por acreditarem e por juntos ajustarmos novas lentes ao olhar da justiça infracional de Belo Horizonte.

Aos amigos *Marcelo Pedroso Goulart* e *Gregorio Assagra de Almeida*, obrigada pelo convite e por serem propulsores de pesquisas e estudos sobre o Ministério Público brasileiro. São essas pesquisas e esses estudos que permitem que nossa instituição receba cada vez mais fundamentos que subsidiam sua atuação resolutiva e transformadora da realidade social, atuação essa cumpridora da verdadeira missão constitucional do Ministério Público.

Ao querido amigo *Leoberto Narciso Brancher*, gratidão por ser tão importante marceneiro e mantenedor da Arca Restaurativa brasileira, na qual embarcamos tantos e diferentes bichos a fim de juntos fazermos esse movimento e termos força para sobreviver aos dilúvios.

A *Isabel Lima*, obrigada por me abrir as portas do *Zehr Institute*, da EMU- *Eastern Mennonite University*, e por ser essencialmente restaurativa.

Aos que fazem ou que ainda farão parte do grupo *MP RESTAURATIVO*, sempre aberto à chegada de ‘mais uns’, e aos que fazem acontecer o Ministério Público constitucional e resolutivo, meu agradecimento por acreditarmos no mesmo Ministério Público como órgão de acesso à justiça, que, cumprindo o terceiro artigo da Carta maior, tem como missão a construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária. Pelo trabalho de cada um de vocês, em suas respectivas áreas de atuação, a Justiça Restaurativa vem ganhando cada vez maior espaço, nos distintos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro. Valeu, irmãos! Está valendo! Seremos sempre girassóis que juntos buscamos luz no sol e também uns nos outros, quando os dias ficam nublados!

Ao caro *Afonso Armando Konzen*, obrigada por ser primeira e nuclear inspiração para a atuação restaurativa do Ministério Público brasileiro.

Ao querido amigo *Jarbas Soares Junior*, minha gratidão por ter ousado pensar diferente e ter coordenado o Grupo de Trabalho que deu origem à resolução do CNMP instituidora da Política de Auto-composição no âmbito do Ministério Público brasileiro.

A *Luciano Luz Badini Martins*, amigo de algumas décadas, obrigada por termos sonhado juntos o Ministério Público resolutivo que está acontecendo.

Ao *MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS*, que escolhi integrar há mais de 27 anos e que continuo a escolher integrar todos os dias, obrigada por me permitir experimentar o sabor de trabalhar com amor na construção da justiça como valor.

A *Márcio Rogério de Oliveira*, colega que admiro e com o qual aprendo direito da criança e do adolescente e socioeducação todos os dias, obrigada por acreditar, articular e tornar viável o ‘PROGRAMA NÓS- JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS DE BELO HORIZONTE’, através de sua coordenação do Comitê-Gestor do programa.

A todos os meus *colegas da 23ª Promotoria de Justiça Infracional de Belo Horizonte*, que são também queridos amigos com os quais a vida me brindou, gratidão pelo saber compartilhado de que ‘ninguém nasce infrator’ e por juntos trabalharmos pela restauração ampla da sociedade mais digna para todos, especialmente para as crianças e os adolescentes.

A todas minhas amigas e amigos que me fazem manter a crença nos valores que me movem na vida, obrigada!

A *Patrícia Tavares* agradeço pelo nosso encontro indelével, por ter aberto sua antena conectiva à proposta deste livro e por ter conseguido registrar na sobrecapa a ilustração que tem voz ativa e que contará, mais adiante, sua história.

A *Cuíca*, filhota de pelos que esteve deitada ao meu lado durante toda a escrita deste livro, obrigada pelo carinho da companhia, pela respiração condutora de amor e pelas lições diárias de que nosso pensamento pode avançar do antropocêntrico para o biocêntrico.

Às minhas muito amadas mãe e irmã *Olga e Giselle*, que me lembram de onde tive a imensa honra de vir; a meu marido, namorado e companheiro *Marcos*, com quem sempre apaixonada e feliz irei; aos meus mais que amados filhos *Gabriel e João Vítor* e sobrinhos *Arthur e Leonardo*, motores que me impulsionam na direção em que desejo que o mundo caminhe, entrego meu sentimento maior, mais puro e minha eterna gratidão por sermos contínuo e infinito círculo!



NOTAS DOS COORDENADORES DA COLEÇÃO

Convidamos **Danielle de Guimarães Germano Arlé** para escrever um dos volumes da Coleção Jurídica *Ministério Público Resolutivo*. Danielle é uma brilhante Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com formação jurídica sólida, visão multidisciplinar e grande sensibilidade com as causas sociais.

A autora foi Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e já participou de importantes estudos no exterior e no Brasil. Destacam-se aqui os estudos realizados por Danielle Arlé nos Estados Unidos no *Center for Justice and Peacebuilding* e na *Eastern Mennonite University*, bem como os trabalhos realizados por ela no Brasil no âmbito do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), tendo Danielle, também, integrado o Grupo de Estudos sobre Negociação e Mediação da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, quando contribuiu muito para a construção da Minuta da Proposta que, após debates e aperfeiçoamentos, resultou na Resolução CNMP n° 118, de 01 de dezembro de 2014, que *Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências*.

Além de ter participado como coautora do *Manual de Negociação e Mediação para Membros do Ministério Público*, publicado pelo CNMP em parceria com o Ministério da Justiça em 2014, a autora publicou, em 2015, por esta Editora, o livro *Mediação, Negociação e Práticas Restaurativas no Ministério Público*, que é um grande sucesso por ter descortinado importantes horizontes sobre a atuação resolutiva consensual do Ministério Público brasileiro.

Agora, Danielle Arlé nos presenteia com esta magnífica obra *A Justiça Restaurativa e o Ministério Público Brasileiro*, por intermédio da qual a autora analisa os múltiplos conceitos, os objetivos e os princípios comuns para

todos os processos da Justiça Restaurativa, discorrendo sobre o Movimento da Justiça Restaurativa no Brasil. Após estudar os métodos e as ferramentas da Justiça Restaurativa, Danielle aborda, com muito conteúdo e precisão de raciocínio, a Justiça Restaurativa e o Ministério Público para, em seguida, relatar e apresentar importantes reflexões teóricas e práticas sobre a Justiça Restaurativa na Defesa da Criança e do Adolescente em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com a demonstração em riqueza de detalhes de diversos programas existentes. Em seguida, a autora apresenta as conclusões da pesquisa e encerra o livro com um convite à imaginação moral. Além das referências que embasaram a pesquisa, a obra traz ainda importantes anexos sobre os Programas de Justiça Restaurativa que integraram a dimensão empírica da pesquisa.

Para a autora, o conceito de Justiça Restaurativa *não é estático e atualmente vem se ampliando, não só para tratar de violências e conflitos já ocorridos, mas também para ser abordagem de justiça como valor, que pode criar comunidades saudáveis e prevenir violências, chegando a Justiça Restaurativa a ser conceituada como movimento social ou modo de vida.* É justamente nesse contexto mais amplo e holístico de acesso à justiça como direito, bem e valor fundamental que Danielle Arlé afirma que essa visão de Justiça Restaurativa como mudança é plenamente compatível com a missão constitucional do Ministério Público brasileiro.

A obra chama muito a atenção pela clareza de ideias na abordagem teórica e pelo modo articulado de demonstração da prática de Programas sobre a Justiça Restaurativa voltados **às** crianças e adolescentes em Belo Horizonte.

Ao final dessa belíssima obra, a autora faz o convite para construirmos juntos a sociedade livre, justa e solidária, que ainda não existe de fato, mas que está delineada constitucionalmente no artigo **3º da** Constituição da República Federativa do Brasil, sendo essa, também, uma tafera constitucional do Ministério Público brasileiro como instituição de indução da transformação social.

A autora e a Editora D'Plácido estão de parabéns pela excelência e a qualidade do livro e, nós, coordenadores, gratos e entusiasmados pelos importantes frutos desta Coleção.

Abril de 2020.

*Gregório Assagra de Almeida
Marcelo Pedroso Goulart*



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	19
A HISTÓRIA DA ILUSTRAÇÃO, POR ELA MESMA.....	21
AN INVITATION TO THE READER, BY KAY PRANIS.....	25
UM CONVITE AO LEITOR, POR KAY PRANIS.....	29
INTRODUÇÃO.....	33
1. OS CONCEITOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA. EVOLUÇÃO. CONCEITOS ATUAIS. CONCEITOS EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO E EXPANSÃO.....	35
1.1. A ANÁLISE DO TERMO 'JUSTIÇA RESTAURATIVA'.....	35
1.2. O CONCEITO TRAZIDO PELA ONU E ALGUNS OUTROS NELE BASEADOS.....	38
1.3. OS CONCEITOS DE HOWARD ZEHR E OS CONCEITOS PRÓXIMOS A ELES.....	43
1.3.1. A Justiça Restaurativa como um conjunto de princípios e valores que pode ser aplicado em qualquer lugar.....	43
1.3.2. A Justiça Restaurativa como visão de justiça com foco nas necessidades.....	51
1.3.3. A Justiça Restaurativa como uma roda.....	52
1.3.4. A Justiça Restaurativa como uma nova forma de fazer perguntas.....	52
1.3.5. A Justiça Restaurativa como uma flor.....	53

1.3.6. A Justiça Restaurativa como visão de justiça informada sobre o trauma.....	54
1.3.7. A Justiça Restaurativa como modo de vida.....	56
1.4. ALGUNS OUTROS CONCEITOS.....	57
1.5. O CONCEITO DA RESOLUÇÃO CNJ N. 225/2016.....	60
1.6. CONCEITO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO E EXPANSÃO: BÚSSOLA E NÃO MAPA.....	62
2. ALINHANDO A TERMINOLOGIA.....	65
3. A ORIGEM DO TERMO JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	67
4. O MOVIMENTO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL.....	69
5. DESFAZENDO MITOS.....	71
6. OBJETIVOS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	85
7. VÍTIMA E OFENSOR: COMO DENOMINÁ-LOS NA JUSTIÇA RESTAURATIVA?.....	95
8. REQUISITOS E PRINCÍPIOS COMUNS PARA TODOS OS PROCESSOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	97
9. MÉTODOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	101
9.1. A MEDIAÇÃO VÍTIMA-OFENSOR-MVO.....	103
9.2. A CONFERÊNCIA VÍTIMA-OFENSOR-CVO ou CONFERÊNCIA RESTAURATIVA.....	106
9.3. OS CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ.....	109
9.4. A CONFERÊNCIA DE GRUPO FAMILIAR - CGF DA NOVA ZELÂNDIA.....	120
10. AS FERRAMENTAS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	123

10.1. NÃO-SABER A RESPOSTA E MANTER A CURIOSIDADE CONSTANTE SOBRE O TODO E SOBRE TODOS.....	123
10.2. FAZER PERGUNTAS ADEQUADAS.....	124
10.3. VALIDAR OS SENTIMENTOS DE TODOS.....	125
10.4. USAR O RECONHECIMENTO E OS REFORÇOS POSITIVOS.....	126
10.5. USAR O PARAFRASEIO E O RESUMO.....	126
10.6. USAR A 'LINGUAGEM-EU'.....	127
10.7. USAR TÉCNICAS, DINÂMICAS OU EXERCÍCIOS QUE ENXERGAM O SER HUMANO DE MANEIRA HOLÍSTICA	128
10.8. EXERCITAR A EMPATIA E A ESCUTA EMPÁTICA.....	128
10.9. EXERCITAR A CNV - COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA.....	130
10.10. COMPREENDER AS LINGUAGENS VERBAL E NÃO-VERBAL.....	136
10.11. ENTENDER CADA INDIVÍDUO COMO ÚNICO.....	137
10.12. TRABALHAR COM AS PERCEPÇÕES.....	137
10.13. TER UM SENTIDO PARA A JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	138
10.14. ACREDITAR NA JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	139
11. A JUSTIÇA RESTAURATIVA E O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	141
12. A JUSTIÇA RESTAURATIVA NA DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM BELO HORIZONTE-MINAS GERAIS..	149
12.1. O PROGRAMA NÓS- JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS DE BELO HORIZONTE.....	151
12.1.1. Relatos e registros sobre o PROGRAMA NÓS.....	155
12.1.1.1. Práticas restaurativas e a melhoria da convivência e da segurança nas escolas municipais de Belo Horizonte - um projeto estratégico de gestão pública educacional, por Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben; Eliane Castro	

Vilassanti; Letícia de Melo Honório e Marília de Dirceu Salles Dias.....	156
12.1.1.2. Relato de experiência com práticas restaurativas em uma escola municipal de Belo Horizonte: um convite a trocar as lentes, por Mayara Carvalho.....	167
12.1.1.3. Relato de experiência de equipe de direção de escola que aderiu ao programa NÓS, por Fabiana Regis.....	177
12.1.1.4. Relatos de alunas da rede municipal de ensino sobre experiências vividas nas práticas restaurativas do Projeto 'Papo de Meninas'.....	178
12.1.1.5. Percepções das professoras que coordenam e trabalham no projeto 'Papo de Meninas', por Cláudia Elizabete dos Santos Augusto e Regina Andrade.....	181
12.2. O PROGRAMA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO CIA-BH.....	181
12.2.1. Relato e registro sobre o programa Justiça Restaurativa no CIA-BH.....	184
12.2.1.1. Um olhar restaurativo: breves reflexões, por Lucas Jeronimo	184
12.3. O PROGRAMA ÉNOIS- JUSTIÇA RESTAURATIVA NA SUASE.....	188
12.3.1. Relatos e registros sobre o programa ÉNOIS.....	190
12.3.1.1. Relato do Subsecretário da SUASE e do Gerente do programa ÉNOIS, por Bernardo Pinto Coelho Naves e Daniel Silva.....	191
12.3.1.2. A percepção de profissionais do sistema socioeducativo de Minas Gerais sobre a formação em Justiça Restaurativa.....	193
12.3.1.3. A percepção da vivência de práticas restaurativas pelos socioeducadores e pelos socioeducandos da Casa de Semiliberdade São João Batista, em Belo Horizonte.....	194

12.3.1.4. A percepção da vivência de práticas restaurativas pela equipe de educação e pelos socioeducandos do Centro Socioeducativo Santa Helena, em Belo Horizonte.....	200
12.3.1.5. A percepção da vivência de práticas restaurativas pelas socioeducandas do Centro Socioeducativo São Jerônimo, em Belo Horizonte.....	203
13. PRINCIPAIS CONCLUSÕES PROPOSTAS.....	215
14. ENCERRAMENTO COM CONVITE À 'IMAGINAÇÃO MORAL'.....	217
REFERÊNCIAS.....	219
ANEXOS.....	229



LISTA DE SIGLAS

- ABA** - *American Bar Association*, Estados Unidos da América
- CF** - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- CGF** - Conferência de Grupo Familiar, Nova Zelândia
- CJP** - *Center for Justice and Peacebuilding*, da *Eastern Mennonite University*, em Harrisonburg-VA, Estados Unidos da América
- CNJ** - Conselho Nacional de Justiça, Brasil
- CNMP** - Conselho Nacional do Ministério Público, Brasil
- CNV** - Comunicação Não-Violenta
- CVO** - Conferência Vítima-Ofensor
- CWS** - *Church World Service*, Nova Iorque-NY, Estados Unidos da América
- DVO** - Diálogo Vítima-Ofensor
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069, de 13 de julho de 1990
- EMU** - *Eastern Mennonite University*, Harrisonburg-VA, Estados Unidos da América
- EUA** - Estados Unidos da América
- EVO** - Encontro Vítima-Ofensor
- IIRP** - *International Institute for Restorative Practices*, Bethlehem-PA, Estados Unidos da América
- MCC** - *Mennonite Central Committee*
- MPMG** - Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- MVO** - Mediação Vítima-Ofensor

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRVO - Programa de Reconciliação Vítima-Ofensor

RAFT - *Restorative Action for Transformation*, programa de Justiça Restaurativa do MCC de Alberta, Canadá

RO - *Restorative Opportunities*, programa do Serviço Correicional do Canadá

SIMASE - Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte-MG

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SPE - *Stanford Prison Experiment*

SPI - *Summer Peacebuilding Institute*, da *Eastern Mennonite University*, em Harrisonburg-VA, Estados Unidos da América

STAR - *Strategies for Trauma Awareness and Resilience*, programa desenvolvido pelo CJP, usado para abordagem de trauma em diversos contextos, no mundo inteiro

SUASE - Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais

TJMG - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

TJSC - Tribunal de Justiça de Santa Catarina

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

VOC - *Victim-Offender Conferencing*

VOD - *Victim-Offender Dialogue*

VOE - *Victim-Offender Encounter*

VOM - *Victim-Offender Mediation*

VORP - *Victim-Offender Reconciliation Program*



A HISTÓRIA DA ILUSTRAÇÃO, POR ELA MESMA

Olá! Prazer em conhecê-los, leitores! Eu sou a arte da sobrecapa deste livro e estou aqui para contar minha história a vocês. Para isso, recebi da Dani e da Paty um ‘bastão de fala’, e elas me explicaram que, com ele, eu recebia também a oportunidade de ter minha própria voz, ideia com a qual me senti muito feliz, pois, arte que sou, preciso de espaço de livre expressão.

Escolhi começar esta história com ‘*Era uma vez*’, abertura de tantos contos e fábulas de tradição oral, em homenagem à ancestralidade que quis honrar como valor restaurativo.

Era uma vez um Encontro de Comunicação Não-Violenta, que aconteceu no dia 11.01.2020, lá no bairro Funcionários, em Belo Horizonte-MG, e foi conduzido pela Paty, Patrícia Tavares, Terapeuta Ocupacional e facilitadora de CNV. A Dani, autora deste livro, se inscreveu para o Encontro e ali aconteceu, além do Encontro de CNV, um outro encontro, de ideias e ideais, entre essas duas pessoas.

A Tati, uma grande facilitadora de processos de Justiça Restaurativa através da qual a Dani ficou conhecendo o trabalho da Paty, também estava lá nesse dia e foi ela que dividiu a informação preciosa de que a Paty, além de ser facilitadora de CNV, era também ilustradora.

O coração da Dani chegou a dar uma acelerada ao saber disso, pois ela procurava alguém ‘que tivesse a Justiça Restaurativa dentro’ e que pudesse ilustrar a sobrecapa do livro *A Justiça Restaurativa e o Ministério Público brasileiro*. Naquele Encontro de CNV, ela soube, com o saber que só o coração aponta, que a Patrícia Tavares, além de ser uma apaixonada instrutora e aconcedora de CNV, tinha a Justiça Restaurativa dentro de si.

A Dani voltou para casa ruminando a vontade de falar com a Paty sobre mim, que ainda não havia me materializado. Dias depois, ao obter do editor o aval para que este livro tivesse uma sobrecapa, respirou fundo e fez o convite de ilustração à Paty, que, com seu sorriso largo daqueles visíveis mesmo pelo telefone, respondeu que “topava tentar produzir algo” e que, se conseguisse, cederia a sua arte para a divulgação da Justiça Restaurativa e para o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estudos em Direito, Democracia e Ministério Público, instituto fundado em agosto de 2019 e que receberá a integralidade dos direitos autorais deste livro.

Sendo arte, acredito em conspiração do universo e penso que este ‘movimentou todos os seus astros’ quando promoveu o encontro da Paty e da Dani, pois foi assim que elas engravidaram de mim. A Dani descreveu para a Paty alguns valores que achava importante estarem representados e a Paty, em pouco menos de uma semana, embarcou no seu avião criativo, fez viagens de pesquisas, pousou na África, na China, em Brasília e até no interior do corpo humano, tendo, de todos os seus pousos, colhido os elementos que me compõem.

Foi assim que eu nasci, gerada na beleza da diversidade. Um pouco de mim é **Baobá**, árvore grandiosa, símbolo fundamental de várias culturas tradicionais africanas. No Baobá estão representados a ancestralidade e o pertencimento. Em torno dele, muitas comunidades dialogam, e para esses povos a conversa é um ato sagrado. Através da linguagem, vamos interpretando a nós mesmos e ao mundo, construindo coletivamente os sentidos que damos à nossa existência. Aliás, falando sobre os povos africanos e sobre senso de comunidade, vocês já ouviram a palavra “**Ubuntu**”? Sim, ela também está representada em mim, nesse círculo ao redor do Baobá. Ovi dizer que, na tentativa da tradução para o português, “ubuntu” seria “humanidade para com os outros”. Na “ética ubuntu”, seria: “eu sou porque nós somos”. Nenhum semelhante da minha comunidade pode ser violentado ou oprimido sem que eu me afete também, e, da mesma forma, toda cura que ocorre no sistema cura algo em mim! O desenho símbolo da palavra “ubuntu” é formado por três pontos que se fundem em um **círculo**. Esses três pontos foram personalizados pela Paty com significativos elementos brasileiros: tomaram a forma de uma escultura presente na famosa Praça dos Três Poderes em Brasília, chamada “**Candangos**”. Historiadores contam que essa escultura de duas pessoas se abraçando foi criada como forma de homenagear operários que morreram na construção da capital brasileira, e tam-

bém como forma de falar da luta por um país igualitário. Executivo, Legislativo e Judiciário devem promover a Vida! Se vocês observarem, verão que a escultura tem uma forma andrógina. Essa característica, ressaltada no desenho, aponta para a ideia de que nenhum padrão social pode ser mais valioso que um ser humano: uma vida comunitária abundante resalta os sentimentos e as necessidades de cada indivíduo, para além de sua identidade, orientação ou estereótipo. Os Candangos viraram candangos e candangas e a Paty acrescentou uma terceira figura às da escultura, lembrando a trindade sagrada em tantas religiões do mundo.

As **bolinhas coloridas no círculo** formado dentro da figura do Baobá também remetem não só ao respeito à diversidade, como também à valorização dela! Afinal, uma sociedade sem diferenças é uma sociedade totalitária! Viva a riqueza de perspectivas!

Ah, sim... possivelmente vocês viram que, ao lado das bolinhas coloridas dispostas em círculo, há **pequenas folhinhas verdes**. São singelas folhas de brotos de bambu, a germinação desse símbolo de resiliência, essa força que alimenta a Justiça Restaurativa, e ao mesmo tempo é alimentada por ela.

Por fim, no centro da **mandala** que se formou dentro do Baobá, podemos observar as **gônadas feminina e masculina**, como reverência ao Sagrado Feminino e ao Sagrado Masculino, e como referência à necessidade de transformação das diversas violências estruturais, ainda muito sustentadas por lógicas machistas, que não podem ser desconsideradas nos processos restaurativos. É nesse fulcro que se ancoram as **balanças**, símbolos da justiça e, especialmente aqui, símbolos da equidade.

Vim com a **cor de fundo magenta**, para fazer a conexão com a ideia de cura, contida nessa cor e nos processos restaurativos. O magenta ou **pink** é também considerado a cor da alquimia, e o trouxe para não esquecermos que sempre é possível buscar o ouro que existe em todos os seres humanos.

Ramifiquei para a contracapa da sobrecapa e ali dei **flor: a flor do Baobá**. Fiz isso querendo materializar a importância da continuidade dos processos restaurativos e o desejo da Paty e da Dani de que a proposta da Justiça Restaurativa floresça em vocês, leitores. E que o florescer ocorra em todos os sentidos existentes, inclusive de ‘ponta-cabeça’, como pode parecer que nasce a flor do Baobá, pois, afinal, o que é ‘ponta’ e o que é ‘cabeça’ depende da perspectiva de quem mira a flor.

O final dessa história acho que vocês, leitores, já adivinharam. A Paty se conectou com a proposta deste livro, e eu vim parar na sobrecapa, anunciando a ideia do que a Justiça Restaurativa representa.

Com a intenção de despertar em vocês a emoção de alegria que a Paty sentiu ao me produzir e que a Dani sentiu ao me ver pela primeira vez, abro as portas do que, espero, seja uma agradável leitura!



AN INVITATION TO THE READER,
BY KAY PRANIS²

I am honored to be asked to write a preface for this book. I am not from Brazil, but Brazil has become a very important part of my life and my growth. I first came to Brazil in 2010 to share the process of peacemaking circles with people interested in restorative justice. On the personal level, I found the people in Brazil to be incredibly warm, hospitable and engaging. On the professional level, I found the people I met to be deeply committed to promoting peace and justice across all sectors of the culture.

It was in Brazil that I became familiar with the phrase '*cultura de paz*'. The phrase 'a culture of peace' is not commonly spoken in the US, but the idea of a culture of peace has become a central theme of my work. Another term from my experience in Brazil that influenced me is '*convivencia*'. I think of that in English as 'living together in a good way'. Brazilians gave me a lens to understand my own work more fully. I now think of my own work as supporting a profound cultural shift toward our human capacity to 'live together in a good way'.

The emphasis here is on living together and on a good way. That means living in a way that attends to the well-being of each individual **and** the well-being of the whole. The collective needs to be aware of its impact on each individual **and** each individual must be aware of their impact on the collective. The well-being of everyone requires that everyone be treated with respect and dignity. It also requires that

² Em homenagem a Kay Pranis e sua língua nativa, o prefácio foi mantido em inglês, e sua tradução, autorizada pela prefaciante, segue nas próximas páginas.

each person is valued for their unique gifts and that each person has sufficient autonomy to find their own purpose in harmony with the common good. These are the characteristics of a culture of peace.

To create a community that achieves that vision, we will need to shift our habits and norms on several dimensions:

from separateness to interconnection;

from external controls to internal controls;

from deficit analysis to asset analysis, to strength based thinking;

from hierarchies to self-organizing systems;

from primacy of the mind and intellectual analysis to multiple ways of knowing and seeing;

from individual expertise to collective wisdom;

from having answers to not knowing as a skill, having curiosity;

from human nature as the problem to human nature as the solution.

These shifts – from separateness to interconnection; external controls to internal controls; deficit analysis to asset analysis; hierarchies to self-organizing systems; primacy of the mind to multiple ways of knowing; individual expertise to collective wisdom; having answers to not knowing as a skill; human nature as the problem to human nature as the solution – are very hard work. It requires an ability to look at everything with new eyes. Continuous self-awareness, feedback, reinforcement and inspiration are necessary to make and sustain these shifts. And they cannot be done alone – alignment in all sectors of our lives is essential to making these shifts.

On that difficult journey toward a culture of peace, prosecutors play a special role in Brazil. It took many years for me to understand that the role of prosecutors in Brazil is significantly different than their role in the United States. Prosecutors in Brazil have a much broader responsibility for justice, for making sure that everyone is treated with dignity and that everyone has voice in decisions affecting them.

Prosecutors have a crucial role in identifying and addressing systemic injustices, not just individual injustices. The vision of a culture of peace can move forward more quickly with the active participation of prosecutors. At the same time, prosecutors need the active participation of community, schools, social services, civic organizations and every other sector of society. Collective wisdom and commitment are essential to change systemic imbalances in the culture.

Prosecutors interact with individuals at a difficult moment in their lives when it is particularly important for people to feel respected and heard. That requires not just a knowledge of the law but also an understanding of our core human impulse to be connected to one another in a good way. Peacemaking circles and restorative justice provide tools for maximizing the possibilities for enabling positive human potential in difficult moments.

We are living in an historic moment when the ability of humans to live together well may seem in doubt. Peacemaking circles and restorative justice promote connecting to one another from our best self, from our positive impulses. We are hungry for meaning and belonging in our lives. A culture of peace can be built on this longing to be in good relationship with others. This work together feeds our spirits while it engages our minds and our hearts and gives us hope in discouraging times.

I commend the work being done by prosecutors I have met in Brazil for their commitment to a culture of peace and am grateful for the effort and determination they have demonstrated in bringing the ideas of peacemaking circles and restorative justice to life in their daily responsibilities as prosecutors. For me, restorative justice and peacemaking circles are more than a better way to resolve conflict or repair harm. I believe these practices offer a pathway for living together well – for transforming our cultures to cultures of peace. I invite the reader of this book to walk hand in hand with these forward-thinking prosecutors toward a culture of peace.

Kay Pranis



UM CONVITE AO LEITOR, POR KAY PRANIS³

Sinto-me muito honrada em atender ao convite de escrever este prefácio. Não sou brasileira, mas o Brasil tornou-se uma parte muito importante de minha vida e de meu crescimento. A primeira vez que vim ao Brasil foi em 2010, com o objetivo de compartilhar o processo dos Círculos de Construção de Paz com pessoas interessadas em Justiça Restaurativa. A nível pessoal, descobri que os brasileiros são incrivelmente carinhosos, hospitaleiros e engajados. A nível profissional, descobri que as pessoas que conheci estão profundamente comprometidas com a promoção da paz e da justiça, perpassando todas as áreas da cultura.

Foi no Brasil que me familiarizei com a expressão ‘cultura de paz’. O termo ‘cultura de paz’ *não é* comumente falado nos Estados Unidos, mas a ideia de uma cultura de paz acabou sendo o tema central de meu trabalho. Outro termo de minha experiência no Brasil que também me influenciou foi ‘convivência’. Penso nesta palavra em inglês como ‘vivermos juntos de um jeito bom’. Os brasileiros me deram uma lente para entender o meu próprio trabalho de maneira mais completa. Agora vejo meu trabalho como apoio a uma mudança cultural profunda em direção a ‘vivermos juntos de um jeito bom’.

A ênfase aqui está em ‘vivermos juntos’ e em ‘de um jeito bom’. Isso significa vivermos de uma maneira que nos preocupemos com o bem-estar de cada indivíduo e com o bem-estar do todo. O coletivo precisa ter consciência do impacto que causa sobre cada indivíduo e cada indivíduo precisa estar consciente de seu impacto no coletivo. O bem-estar de todos demanda que todos sejam tratados com respeito

³ Versão em português, conforme tradução voluntária de Fátima De Bastiani.

e dignidade. Também requer que cada pessoa seja valorizada por seus dons únicos e que cada pessoa tenha autonomia suficiente para descobrir sua própria missão em harmonia com o bem-comum. Essas são as características de uma cultura de paz.

Para criarmos uma comunidade que alcance essa visão, precisaremos mudar nossos hábitos e normas em várias dimensões:

- da separatividade para a interconexão;
- de controles externos para controles internos;
- da análise dos déficits para a análise de ativos, para o pensar com base nos pontos fortes;
- de hierarquias para os sistemas auto-organizativos;
- da primazia da análise da mente e do intelecto para as múltiplas maneiras de saber e ver;
- da especialização individual para a sabedoria coletiva;
- de ter sempre as respostas para o não saber como habilidade, para o desenvolvimento da curiosidade;
- da natureza humana como problema para a natureza humana como solução.

Essas mudanças – da separatividade para a interconexão; de controles externos para controles internos; da análise do déficit para a análise de ativos; das hierarquias para os sistemas auto-organizativos; da primazia da mente para as múltiplas maneiras de saber; da especialização individual para a sabedoria coletiva; de ter sempre as respostas para a habilidade de não saber; da natureza humana como problema para a natureza humana como solução – demandam um trabalho muito árduo. Requerem uma habilidade de enxergar tudo com um novo olhar. Precisamos estar continuamente conscientes, buscar *feedback*, buscar reforço e inspiração para que essas mudanças aconteçam e sejam sustentáveis. E mudanças não podem ser feitas de maneira isolada, é essencial que haja o alinhamento em todos os setores de nossas vidas para que essas mudanças aconteçam.

Nessa jornada difícil em direção a uma cultura de paz, os Promotores de Justiça desempenham um papel especial no Brasil. Levei muitos anos para entender que o papel dos Promotores brasileiros é significativamente diferente daquele dos Promotores nos Estados Unidos. Promotores têm, no Brasil, uma responsabilidade bem mais ampla com a justiça, assegurando que todos sejam tratados com dignidade e que todos tenham voz em decisões que os afetam.

Promotores desempenham um papel importantíssimo na abordagem de injustiças sistêmicas, não só de injustiças individuais. A visão de uma cultura de paz pode avançar mais rapidamente com a participação ativa dos Promotores. De forma concomitante, os Promotores necessitam da participação ativa da comunidade, das escolas, dos serviços sociais, das organizações civis e de todos os setores da sociedade. A sabedoria coletiva e o comprometimento são essenciais para mudar os desequilíbrios sistêmicos de uma cultura.

Promotores interagem com indivíduos em momentos difíceis de suas vidas, quando é particularmente importante que as pessoas se sintam respeitadas e ouvidas. Isso requer não só o conhecimento do direito, mas o entendimento do nosso impulso humano essencial de estarmos conectados uns com os outros de um jeito bom. Os Círculos de Construção de Paz e a Justiça Restaurativa nos oferecem ferramentas para maximizar as possibilidades de viabilizar o potencial humano positivo em momentos difíceis.

Estamos vivendo um momento histórico, no qual a habilidade dos humanos de viver bem juntos pode parecer estar à prova. Os Círculos de Construção de Paz e a Justiça Restaurativa promovem a conexão de uns com os outros a partir do nosso melhor ‘eu’, a partir de nossos impulsos positivos. Temos fome de significado e pertencimento em nossas vidas. Uma cultura de paz pode ser construída a partir desse anseio de estarmos em bons relacionamentos uns com os outros. Esse trabalho conjunto alimenta nosso espírito e, ao mesmo tempo, engaja nossos corações e mentes e nos dá esperança em tempos de desânimo.

Elogio o trabalho que está sendo realizado pelos Promotores de Justiça que conheci no Brasil, pelo seu comprometimento com uma cultura de paz. Sinto-me grata pelo esforço e determinação que têm demonstrado ao trazer a ideia de dar vida aos Círculos de Construção de Paz e à Justiça Restaurativa em suas responsabilidades diárias como Promotores. Para mim, Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz são muito mais do que um jeito melhor de resolver um conflito ou de reparar um dano. Acredito que essas práticas oferecem uma trilha para vivermos bem juntos – para transformar nossas culturas em ‘culturas de paz’. Convido o leitor deste livro a andar de mãos dadas com esses Promotores de perspectiva visionária, em direção a uma cultura de paz.

Kay Pranis

Promotores desempenham um papel importantíssimo na abordagem de injustiças sistêmicas, não só de injustiças individuais... Elogio o trabalho que está sendo realizado pelos promotores que conheci no Brasil, pelo seu comprometimento com uma cultura de paz. Sinto-me grata pelo esforço e determinação que têm demonstrado ao trazer a ideia de dar vida aos Círculos de Construção de Paz e à Justiça Restaurativa em suas responsabilidades diárias como promotores. Para mim, Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz são muito mais do que um jeito melhor de resolver um conflito ou de reparar o dano. Acredito que essas práticas oferecem uma trilha para vivermos bem juntos – para transformar nossas culturas em culturas de paz. Convido o leitor deste livro a andar de mãos dadas com esses promotores de perspectiva visionária em direção a uma cultura de paz.

Kay Pranis



ISBN 978-65-5059-093-2

